

## NO (ABRIL) VERMELHO: SENTIDOS DE RESISTÊNCIA E SILENCIAMENTO

Lucília Maria Sousa ROMÃO<sup>1</sup>

### RESUMO

Durante o mês de abril de 2004, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) iniciou ocupações, manifestações e atos públicos, cobrando, do governo Lula, agilidade na realização da reforma agrária. O discurso jornalístico materializou um novo capítulo de litúrgia discursiva, fazendo falar posições-sujeito em rota de colisão, a saber, uma reivindicatória da mobilização popular e da reforma agrária e outra condenatória dessa mobilização, ambas convulsionadas pela relação com o poder constituído, pela ideologia e pelos sentidos atualizados sob signo da memória. A partir de recortes colhidos em jornais impressos e eletrônicos, pretendo interpretar, como o ato de reivindicar e sua interdição significam, são marcados e escritos na atual conjuntura sócio-histórica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso jornalístico, reforma agrária, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), governo Lula, sujeito, ideologia, memória.

*“Se o mar tem o coral, a estrela, o caramujo, um galeão no lodo. Jogada no quintal, enxuta a concha guarda o mar em seu estojo.”*, o fragmento poético de Chico Buarque é abre-alas do enredo que pretendo discutir nesse trabalho. A concha contem o mar em sua seca clausura, guarda vestígios do cheiro dele, do balanço salgado das suas ondas, da quentura das correntes marítimas que já não existem, do sal penetrado nas frestas da sua pouca porosidade. Guarda areias finas, remotos rodopios, rachaduras e marcas de tormentas. Guarda tudo em seu estojo, diz o poeta. Do mesmo modo, o discurso estoca fios capilares de outros discursos, também guarda sentidos já-ditos, evoca ecos de vozes já materializadas, trânsito marujado de estouros, silêncios e confrontos. Guarda significantes em rotas diversas, posições-sujeito em correntezas que se chocam e espocam em espumas sempre outras. Guarda tudo isso em seu bojo, digo eu, ao me filiar ao conceito de interdiscurso (PÊCHEUX, 1983), proposto pela Análise do Discurso de filiação francesa (AD).

O interdiscurso tem me instigado a discutir e compreender o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da perspectiva discursiva, tendo a tarefa escafandrista de recolher os vestígios, pistas e indícios de outros discursos presentes na sanha reivindicatória em prol da reforma agrária e da mobilização dos excluídos. As metástases da memória constroem ramificações de dizeres, inscritos historicamente ao longo dos 500 anos de vida do país, que se prendem a um núcleo duro: de um lado, existe a tentativa de apagamento da luta dos camponeses politicamente organizados e um silenciamento a respeito da desigualdade social no Brasil. De outro, há um movimento de resistência do sujeito em prol de espaços para significar (- se) o corpo da sua exclusão. O importante é a bricolagem de sentidos (tantos) já postos em outros lugares e a forma como eles retornam, guardando o mar – sempre outro – em seu estojo. Posta-se, então, a noção de que todo dito se filia a outro dito para significar, bem como desenha-se a certeza de que as palavras têm memória, são afeitas e afetadas pelo que delas se disse.

---

<sup>1</sup> Professora da FFCLRP / Universidade de São Paulo - SP.

Abril de 2004 foi um período prodigioso para o estudo das questões acima, posto que, embalados pelo cansaço da espera, movimentos sociais começaram a articular cadeias de mobilizações em todo país, exigindo que o governo Lula cumprisse a agenda de investimentos sociais prometida em campanha. No caso da reforma agrária, o engessamento da sua realização não se resume ao ano citado, estatísticas indicam que pouco mais de trinta por cento do plano de reforma agrária de 2003 foi cumprido. O número de assentados, no ano passado, esbarrou na casa de 7908 famílias assentadas por desapropriação e mais 415 pelo decreto 433, que ocorre com a compra de terra (dados do INCRA, organizados pelo CNAISI). Ambas, cifras pífias diante de uma demanda crescente. O montante de famílias acampadas em barracos de lona preta, em dezembro de 2003, girava em torno de 185 mil famílias, hoje, tal número deve bater a casa dos 200 mil, somados todos os movimentos sociais de luta pela terra e em prol da reforma agrária. Por conta disso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) iniciou uma série de atos públicos em todo o país com o intuito de forçar a aceleração da reforma agrária e mobilizar os excluídos do campo e cidade. Resultado: o abril vermelho contabilizou mais de 190 ocupações de terra em vários estados brasileiros.

Na maior parte dos relatos jornalísticos, a designação “*abril vermelho*” criou o efeito de desqualificação das ações populares em prol da reforma agrária e fez trabalhar sentidos de manutenção e preservação de privilégios dados pela ordem estabelecida. Os espaços permitidos e interditados de dizer e reivindicar em oposição àqueles de silenciar e proibir se movem imbricados pela dialética, que se sustenta em uma conjuntura sócio-histórica de desigualdades e se materializa na/pela língua, como garantem Pêcheux e Fuchs (1975, p.179): “(...) o discursivo só pode ser concebido como um processo social cuja especificidade reside no tipo de materialidade de sua base, a saber a materialidade lingüística.”

O estudo sobre o discurso jornalístico necessita da análise dessa materialidade lingüística e também da materialidade histórica, posto que o dizer está permanentemente em disputa e se constitui no movimento afetado pela ideologia, como o mecanismo que naturaliza o sentido dominante e o apresenta como a única forma de dizer, como representação fiel da realidade e como o mais adequado, evidente, confiável e transparente para expressar tal realidade. Ao mesmo tempo, outros sentidos são interditados, tidos como indesejáveis e/ou marginais, colocados fora do espaço do permitido e aceito. Esse processo é movimentado, tal como Orlandi (1996, p.144) apresenta:

O que existe é um sentido dominante que se institucionaliza como produto da história: o ‘literal’. No processo que é interlocução, entretanto, os sentidos se recolocam a cada momento, de forma múltipla e fragmentária.

Com base nesses pressupostos teóricos, pretendo interpretar o que é naturalizado como sentido dominante sobre a reforma agrária e qual a relação disso com alguns textos divulgados na mídia brasileira no período de abril de 2004.

### **A tessitura da memória na voz do sem-terra**

A partir de agora irei interpretar alguns recortes em que João Pedro Stédile, líder nacional do MST, e Luis Inácio Lula da Silva, ex-líder sindical que ocupa a presidência da República pela primeira vez, se pronunciaram sobre a reforma agrária, durante o período já definido anteriormente, busco interpretar o funcionamento da ideologia, as condições de produção, os lugares de presidente e líder popular e os sentidos naturalizados e proibidos para estes sujeitos no discurso jornalístico, seja ele impresso e/ou eletrônico.

Para tal, faço um pequeno recorte na história da luta do campesinato brasileiro para ancorar nas representações que a memória discursiva faz retornar hoje. Em 17 de abril de 1996, o batalhão da Polícia Militar de Marabá, composto por 151 policiais fortemente armados, abriu fogo contra sem-terra acampados em uma rodovia pública. Consequência: 19 integrantes do MST foram chacinados e 69 ficaram feridos, esse fato transformou Eldorado de Carajás na metáfora emblemática da luta e resistência contra a violência da polícia e do latifúndio; metáfora esta evocada freqüentemente, também pelo fato de os responsáveis pela chacina não terem sido punidos.

Desde o seu nascimento, O MST batiza acampamentos e assentamentos com nomes de pessoas já falecidas (pensadores, intelectuais e líderes populares e sem-terra) de modo a fazer retornar a memória de lutas memoráveis do povo brasileiro. Essa rememoração viva no discurso do Movimento ressignifica a rede da memória discursiva (PÊCHEUX, 1997), que acessada a todo instante, cultiva os efeitos de indignação diante da injustiça e violência tatuadas no corpo dos oprimidos ao longo da história, cujo único antídoto é a resistência coletiva. Assim, a filiação à luta transcende o particular e compõe a simbologia de uma cadeia sem fim, posto que existia antes e continuará a existir depois da morte de cada militante. Sentidos de resistência e mobilização pulsam. A memória do dizer faz funcionar a importância da presença na ausência, não como falta, mas como diálogo interminável de vozes que, em uníssono, clamam por dignidade e, nesse caso, reforma agrária. O retorno ao repetível e ao já-dito é o motor que alimenta a fornalha da indignação e da luta política, atualizando o clamor pela distribuição de terra no país: essa é uma maneira de elaborar esse outro, que ausente e silenciado para sempre, se faz presença no imaginário, na linguagem e na ação dos sem-terra. Orlandi (1990, p.35) contribui para a compreensão do conceito de historicidade, ao dizer que: “A história está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas as relações com o poder (a política)”.

Dito isso, desde 1996, todos os meses de abril são marcados por atos, passeatas, marchas, ocupações, acampamentos e formas de manifestação diversas, realizadas por militantes e simpatizantes do MST; em todas elas, retornam e são ressignificados os sentidos já ditos anteriormente. No presente ano, a coloração de reivindicação se materializou nos depoimentos de João Pedro Stedile que se seguem:

A nossa meta, então, é nos três anos botar 400 mil famílias acampadas. E o governo que decida. Todo mundo vai se mexer em abril. Abril vai ser o mês vermelho. Servidor público, estudantes, a turma da moradia, nós, os sem-terra (...), nós vamos infernizar.<sup>2</sup>

Está na hora de reerguermos as bandeiras. (...) As mobilizações de massa, nessa conjuntura, ajudam o governo, não são contra o governo. As mobilizações são contra os banqueiros, os latifundiários e contra os que querem manter privilégios.<sup>3</sup>

É preciso que o governo assuma a reforma agrária como uma prioridade de todo o governo, não só do Incra, e que coloque a reforma agrária como o centro das medidas para resolver o problema do desemprego.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Site *Diário Vermelho*, [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br). (28 de março de 2004)

<sup>3</sup> Site *Folha On Line*, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u59704.shtml> (1º de abril de 2004)

<sup>4</sup> Site *Estado de S.Paulo*, <http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2004/mar/31/214.htm> (31 de março de 2004)

O Abril Vermelho não é um roteiro de ocupações e invasões de terra, mas sim um movimento de mobilizações organizadas e que contará também com a participação de outras entidades da sociedade civil, como a União Nacional dos Estudantes (...) é preciso aproveitar este primeiro de abril para envermelhar o Brasil. É preciso que os movimentos de massa ganhem novo ânimo e voltem às ruas para discutir um modelo alternativo para este país. O que nós queremos é aproveitar o mês de abril para preparar um grande primeiro de maio. Vamos partir para as estradas. Nem que seja em passeatas, calados, quietos em protesto contra o capital.<sup>5</sup>

[abril vermelho pretende] recuperar as bandeiras vermelhas, fazendo manifestações para construir um grande 1º de maio que recoloque, no debate da sociedade, o problema do desemprego.<sup>6</sup>

Do lugar de líder articulador de massas, o sujeito faz um chamamento à mobilização popular, pedindo que organizações da sociedade civil se mexam em passeatas, marchas, protestos, acampamentos, jornadas de debate, atos públicos, organizações. Para apreender a discursividade das denominações “*abril vermelho*”, “*bandeiras vermelhas*” e “*envermelhar*”, é preciso atá-las aos sentidos historicamente construídos para essa cor. Mais do que um detalhe de natureza estética, o vermelho esteve presente em grande parte de manifestações populares de partidos de esquerda no país e no mundo todo, compondo-se como elemento simbólico na tradição do socialismo e na filiação política e simpatia a partidos de esquerda, sejam em bandeiras, faixas, camisetas, pôsteres de partidos, sindicatos e organizações populares de esquerda, em inclusive e especialmente aquelas que apresentavam a estrela petista no centro. Assim, vermelho funciona discursivamente como ícone da convicção política, que combate o capitalismo e as formas de opressão e exclusão geradas por ele.

Ao pedir que o vermelho seja recuperado no mês de abril, nas lutas e nas bandeiras da sociedade, o sujeito se constitui ancorado na/pela rede de memória para atualizá-la no bojo dos acontecimentos do governo Lula; recorta no interdiscurso aqueles sentidos já-ditos, a saber, posição da esquerda, resistência ao capital exploratório, mobilização dos trabalhadores etc, que tanto nortearam a vida política do primeiro mandatário do país, quando alavancaram-se as greves do ABC paulista e quando o ideal petista se aglutinou em torno do único partido operário, que seria capaz de inaugurar um novo lugar na política brasileira. Envermelhar o abril, no governo Lula, faz trabalhar os sentidos originais de luta política dos trabalhadores e de indignação, rebeldia esta que pintou a bandeira do Partido dos Trabalhadores (PT) durante décadas, em cujo vermelho vivo brilhava uma estrela-guia de ideais e pressupostos teóricos socialistas, que ora (a)parecem descoloridos e apagados na/pela atual gestão federal.

Vale dizer: a partir dos sentidos sabidos, históricos e construídos pelo PT, o sujeito faz ressoar e funcionar a necessidade do não apagamento do vermelho e da presença do principal ator social capaz de mudança, o povo organizado. Sabendo que o processo de constituição do sujeito e da linguagem dá-se no entremeio do dito e do silenciado, daquilo que se materializa na língua e da sua sombra constitutiva, é possível afirmar que o sujeito-líder ocupa-se de um espaço vazio e nulo deixado pela ação do governo federal. Só é preciso gritar o vermelho, porque outras cores entraram em cena. Melhor dizendo, ao clamar mudanças e medidas vermelhas, silencia-se o vácuo das políticas sociais do governo Lula.

As grandes empresas-vendedoras de informações se anteciparam em farejar lucros com a exposição das declarações de Stedile e narraram o perigo vermelho como ameaça à paz social, promovendo a diabolização dos integrantes do MST, já alardeada com fartura há décadas. Só a

---

<sup>5</sup> Site Último segundo, <http://ultimosegundo.ig.com.br/useg/brasil/artigo/0,,1566258,00.html> (31 de março de 2004)

<sup>6</sup> Site Onorteonline, <http://www.db.com.br/nacional/?28755> (1º de abril de 2004)

título de lembrança, vale dizer que Quilombos, Ibicaba, Canudos, Contestado e Ligas Camponesas materializaram a luta política de homens do campo, que no discurso dominante foi narrada como desordem, ilegalidade e sinal do fim dos tempos de paz social (ROMÃO, 2002 a, 2002 b, 2003).

### O sentido dominante no discurso jornalístico

Durante o mês de abril, as sirenes midiáticas soaram alto, intensificando a exposição do tema nos jornais e revistas impressos e eletrônicos, o que acendeu um febril trânsito de novidades, depoimentos, entrevistas, comentários, artigos, reportagens e pareceres de dar destaque aos representantes da Lei e do Estado, cobrando de suas bocas depoimentos, comentários e pareceres inéditos; estava montada a banca de peixe que tudo mercadeia. Ianni (1997, p.52), ao falar da informação na aldeia global, afirma que: “(...) empacotam-se e vendem-se as informações. Fabricam-se informações como mercadorias (...) As informações, os entretenimentos e as idéias são produzidas, comercializadas e consumidas como mercadorias”.

Assim, a imprensa faz rodar a ciranda da novidade, do furo divulgado em primeira mão, do depoimento inédito, da informação colhida ao vivo, da gravação exclusiva e da foto mais recente e original, criando a ilusão de que é preciso comprar doses de notícias, em geral rápidas e fragmentadas, para a ilusão do acesso à eterna novidade do mundo. Repete-se aqui o mesmo modo de funcionamento das lojinhas de R\$1,99, que negociam produtos de plástico “made in china”: o ritmo das compras, a voracidade dos consumidores e o não questionamento sobre a qualidade dos produtos, tudo isso engendra um tratamento dado à mercadoria e transferido à informação. Tanto na página impressa e quanto na eletrônica, os efeitos da eterna novidade do mundo promovem o apagamento das condições históricas de produção dos dizeres, como a pasteurizar assepticamente um discurso sem memória e sem história, destituído de confronto político entre sujeitos, higienizado pelo consenso. Quando se referem ao movimento social e especialmente ao MST, o discurso jornalístico evoca genéricos como o sentido da lei, ordem, democracia, Estado de Direito e não marca as causas sociais, econômicas e políticas que fizeram os sem-terra se mobilizar. Essa regularidade foi observada na maioria dos relatos do/no jornalismo impresso e eletrônico, posto que a formação discursiva autorizada a circular tanto no site quanto na página impressa é a mesma.

Um exemplo disso é a entrevista, o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Roberto Busato ocupa o lugar de magistrado como legítimo representante da Lei, capaz de garantir e manter a ordem. Dessa posição, ele tece analogias entre o MST e o Hamas, que se materializa assim:

Hoje de manhã liguei a TV e vi o novo líder do grupo terrorista Hamas dizendo a mesma coisa, que vai transformar abril em um mês de sangue (...) Não é desta forma, partindo para a ilegalidade, lembrando com essas declarações de Stédile o terrorismo internacional, que o movimento vai resolver os problemas graves daqueles que não têm terra para plantar.<sup>7</sup>

Alinhado a essa formação discursiva e interpelado pela ideologia dominante, o texto de Arnaldo Jabor, transcrito da Rádio Central Brasileira de Notícias (Rádio CBN), faz funcionar a mesma analogia:

Amigos ouvintes, essa semana que passou foi de guerra e de beijos de amor. Tivemos a alegria de ver o senador Suplicy aos beijos com o João Pedro Stedile, o Osama Bin Laden rural do MST. Stedile disse que ia infernizar o governo Lula em abril e, depois, negou isso na CPI, dizendo que ia só azucrinar. Bem, mas esse beijo é uma síntese do Brasil de hoje. Nós temos um líder que ataca o governo e o ameaça e, ao mesmo tempo,

<sup>7</sup> Parlata. Política, economia e conjuntura, parlata.com.br/noticias (05/04/2004).

temos um líder do mesmo governo, que atravessa o samba do governo e se une ao populismo e à provocação de Stedile, beijando-o. (...) Tudo isso por causa de uma reforma agrária, que não está funcionando, que as pessoas sérias sabem que é antiga e inútil no mundo da tecnologia e da agroindústria. O governo sabe também que essa reforma não funciona bem, mas faz essa reforma do mesmo jeito porque é ela que está entranhada no imaginário da esquerda populista. E além de tudo, ainda temos de ver o pai do Supla beijando o Stedile, o diabinho que os santos bispos da Pastoral da Terra criaram para infernizar o país.<sup>8</sup>

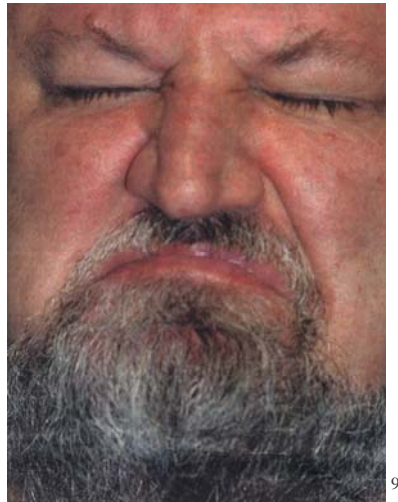
Nos dois recortes, usar a referência ao Hamas, à Osama Bin Laden e ao terrorismo internacional renegocia sentidos trabalhados por explosivos atentados cometidos por suicidas “fanáticos”, seja no emblemático 11 de setembro, seja na recente explosão dos trens de Madri, seja nos episódios de massacre, promovidos por G.Bush no Iraque, seja ainda na matança diária de palestinos em Israel. Esses fatos pespontam a trilha da memória por onde passeia o sujeito, ao enunciar o terrorismo internacional. Movimentam-se, em cadeia de rememoração, os efeitos de terror e barbárie, que tanto foram noticiados e destacadas em manchetes sensacionalistas, cenas televisivas, capas de revista e portais eletrônicos com a exposição de corpos mutilados, estraçalhados e mortos. Ao promover a conexão entre MST e grupos terroristas, o sujeito faz trabalhar a idéia de que estas organizações querem sangue e vampirizam as populações civis inocentes com ataques insanos, movidos pelo desejo de instalar a selvageria bárbara e irracional. O sujeito também apaga as representações políticas de esquerda da bandeira vermelha, marcando, em lugar da tradição política, o sangue do terror.

Além disso, pela via da ilegalidade, tais grupos “fanáticos e bárbaros” agem fora dos princípios da civilidade democrática, não respeitando os mínimos acordos do Estado de Direito e afrontando a vida humana. Por fim, MST, Laden e Hamas são alinhados de modo a parecerem idênticos, pois seus dirigentes dizem “*a mesma coisa*” e podem ser descritos como representantes satânicos na terra, o que, em uma equação simplista, não particulariza nenhuma atribuição às conjunturas sócio-históricas, que tanto particularizam os três significantes. Detenho-me a anotar que, ao MST, é reservado o lugar de ícone do mal, pois é designado como sinônimo de “sangue, guerra, terrorismo internacional, grupo terrorista” desejoso da ação de “infernizar”.

Aos líderes populares, em geral, a imagem diabolizada é freqüente na imprensa. No caso em particular, ao coordenador do MST, é cativa a cadeira da chefia do mal, já que o “*diabinho, o Osama Bin Laden rural do MST*” materializa provocações em escala nacional, envermelhando o mês e o país todo. Não só com palavras tal representação diabolizada é tecida nas capas de revista, páginas eletrônicas e manchetes de jornais: a fotografia, publicada na primeira página do Estado do S.Paulo em destacado espaço, no dia 02/04/2004, dialoga com os sentidos dos dois textos acima, posto que apresenta um detalhe do rosto com pele bastante avermelhada, feição marcada por vincos fundos, expressão negativa nos lábios, barba à la Laden. O detalhe da sobancelha e da boca terminam por completar a expressão deformada, quiçá assustadora, que deve ser alertada aos “*amigos ouvintes*”, internautas e leitores.

---

<sup>8</sup> Rádio CBN, <http://radioclick.globo.com/cbn/comentarios/arnaldojabor.asp> (05/04/2004)



No texto divulgado na CBN, o sujeito se coloca no lugar daquele que é entusiasta das novas tecnologias usadas pela agricultura empresarial, tão afeita à exportação, monocultura e produtividade. Instalado nessa posição pela ideologia, parece natural que ele veja e narre a reforma agrária como processo atrasado, danoso, inútil e populista, típico de uma prática que “que não está funcionando, que as pessoas sérias sabem que é antiga e inútil no mundo da tecnologia e da agroindústria”. Nessa inscrição discursiva, são silenciadas a herança nociva do latifúndio, a violência da exclusão no campo e a dívida histórica da reforma agrária no país, que concentra 46% do território nacional nas mãos de 1% da população. O que se move é a promoção da seguinte associação: reforma agrária é ação das trevas satânicas, falta de seriedade política, obscurantismo e peça de brechó. O sujeito aqui desqualifica o MST de diversas formas, além de terrorista e anacrônico, o Movimento é marionete comandada pela Igreja Católica, o que o desloca da autonomia para a condição submissa de ser guiado e conduzido pelos “santos bispos da Pastoral da Terra”. Por fim, na materialidade lingüística, o sujeito marca o beijo do “pai do Supla” como algo fora do padrão, acusatório de uma aliança insuportável e peça de ironia, posto que ele silencia o fato de Eduardo Suplicy ser um senador da República, eleito mais de uma vez democraticamente para cargos públicos, intelectual, homem culto e escritor. O sujeito evoca o filho para representar o pai, apagando a trajetória e o brilho pessoal do político e a legitimidade do senador. Sentença final: o MST escreveria um capítulo infértil para o desenvolvimento do Brasil.

Para esse sujeito, mobilização popular não é mecanismo legítimo de luta e a força do poder contrapopular é narrada como bandalheira, desordem, ilegalidade e horror pela maior parte das corporações midiáticas. O mote da mobilização não é algo novo, que surge da fala supostamente intempestiva de um líder brasileiro, ou seja, não nasce nem se encerra na voz de um único homem; mais do que isso, os sentidos de resistência e mobilização instauram imperativos globais, que atravessam fronteiras e se unem em épocas de barbárie. Fóruns mundiais, ongs, movimentos populares e organizações transnacionais ensaiam os passos da grande coreografia contracorrente, alocada em realidades locais e/ou construídas em redes transnacionais. A concentração fundiária está dentro desse quadro, posto que a luta pela reforma agrária não nasceu agora, mas remonta e se sustenta desde a certidão de nascimento do país. Discursivamente, existe uma regularidade parafrástica, a saber, o deslocamento da questão agrária da área social para o campo criminal com a diabolização dos integrantes do movimento popular, bordada pela ideologia dominante, de modo a naturalizar esses sentidos de condenação, baderna, desordem e bandidagem. Ainda que colocados nesse lugar, os camponeses brasileiros fizeram falar a indignação, rebeldia, resistência e reivindicação do acesso à terra e à cidadania, buscando brechas e frestas no discurso dominante para reclamar a posição de não submissão e de luta política.

<sup>9</sup> O Estado de S.Paulo, 2 de abril de 2004, ano 125, no 40344.

O discurso dominante, exemplarmente materializado nas/pelas falas do presidente da OAB e de Jabor e na maior parte dos relatos jornalísticos, quer fazer crer que os sentidos são neutros e existem travestidos de verdades absolutas e sentenças comprovadas com exatidão, em consonância com a objetividade e não com posições de classe. Cria-se a imagem de que a Lei e a mídia espelham a verdade, informam e expressam o real, tal como ele se apresenta e deve ser visto e entendido. Ora tal formulação é um engodo, que Virílio (2004), desbanca da seguinte forma:

A informação se tornou um elemento determinante do real, que produz, fabrica o real. Estamos diante da possibilidade de uma guerra ao real, e não somente contra os homens, as nações. Cada indivíduo começa a se perguntar o que é ou não real. Há uma perda da realidade, uma arma de guerra, ao mesmo tempo daqueles que detêm os meios de informação e daqueles que os utilizam de maneira desviada.

No discurso das grandes corporações midiáticas, sob o manto da objetividade e sob a égide da transparência dos fatos, a ideologia ramifica e faz circular os seus poros de naturalização, para, segundo Arbex (2001, p.56), “legitimar as próprias estratégias de dominação e controle”. Na mesma direção, Silverstone (2002, p.263) afirma que: “trata-se tão-somente de poder, é claro. (...) Trata-se do poder da mídia de criar e sustentar significados; de persuadir, endossar, reforçar. O poder de minar e reassegurar.” Trata-se, por fim, do movimento espiralado da ideologia, da memória e do sujeito da linguagem, que se materializa na/pela manutenção de sentidos condenatórios e silenciamento dos espaços de luta política.

A concha dos relatos interpretados nesse trabalho guarda a ancestralidade do mar da memória em giros de paráfrase e/ou polissemia, de manutenção e/ou ruptura, que espocam em meio ao que do mar e do discurso são seus traços mais instigantes: o incontrolável, a opacidade e o movimento sempre imprevisível das ondas, do sujeito e do sentido.

## REFERÊNCIAS

- ARBEX JR., José. *Shownarlismo a notícia como espetáculo*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2001.
- IANNI, Octavio. *Metáforas da globalização*. IN: Ianni (org) Sociedade e linguagem. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- ORLANDI, Eni P. *Terra à vista- discurso do confronto velho e novo mundo*. Campinas: Cortez & Editora da UNICAMP, 1990.
- ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996.
- PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. *Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours*. Langages, n.37, p.7-80, Paris. Trad. Bras. GADET, F; KAK. T. (org) (1990). Por uma análise automática do discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1975.
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa. *O litígio discursivo materializado no MST: a ferida aberta na nação*. Ribeirão Preto: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 2002a, 310 p. (Tese de Doutorado).
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa & TFOUNI, Leda Verdiani. *Vejam, caros amigos: o litígio discursivo*. Revista Eletrônica de Ciência Política Achegas, n.2, 2002b ([www.achegas.net](http://www.achegas.net))
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa. *Tramas do discurso, luzes da memória*. *Organon* 35, 2003.
- SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- VIRILIO, Paul. *Entrevista ao Jornal Folha de S.Paulo*. Caderno Principal A 24, São Paulo, 4 de abril, 2004.

## SITES CONSULTADOS

- Site Diário Vermelho*, [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br). (28 de março de 2004)
- Site Folha On Line*, <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u59704.shtml> (1º de abril de 2004)
- Site CNBB*, [www.fortunecity.es/conjuntos/libertad/15/excluidos.htm](http://www.fortunecity.es/conjuntos/libertad/15/excluidos.htm)
- Site O Estado de S.Paulo*, <http://www.estadao.com.br/agestado/noticias> (31 de março de 2004)
- Site Último segundo*, <http://ultimosegundo.ig.com.br/useg/brasil/artigo/> (31 de março de 2004)
- Site Onortonline*, <http://www.db.com.br/nacional/?28755> (1º de abril de 2004)
- Site Parlata*. Política, economia e conjuntura, [www.parlata.com.br/noticias](http://www.parlata.com.br/noticias) (05/04/2004)
- Rádio CBN*, <http://radioclick.globo.com/cbn/comentarios/arnaldojabor.asp> (05/04/2004)